

Em ritmo de comemoração: o curso de graduação em História da UFU celebra 50 anos

*Heloisa Helena Pacheco Cardoso
Professora do Instituto de História
Universidade Federal de Uberlândia*

Cinquenta anos pode parecer muito tempo! Mas o que é o tempo? O seu sentido para os historiadores tem significados diferentes. Voltar no tempo para comemorar, não uma data, mas uma trajetória de curso, leva-nos a lembrar de determinados episódios, os que ficaram marcados na nossa memória, e a esquecer outros que deixaram de ser importantes nas lembranças que conservamos sobre o que foi vivido. Neste ato comemorativo muitos serão convidados a dar o seu depoimento e seguramente as narrativas serão diferentes. Cada narrador estará se perguntando o que comemorar, que marcos de memória precisam ser atualizados, o que não necessita ser lembrado, que significados do passado continuam tendo sentido para o presente das novas gerações. E a riqueza estará mesmo na diversidade do que será apresentado como marcos de comemoração.

Várias pessoas já passaram pelo curso de graduação em História e deixaram aí suas marcas. Muitos são graduados pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou pela Universidade de Uberlândia e retornaram como docentes, vivendo as mudanças pelas quais o curso passou em consonância com as transformações vividas pelo país nesses últimos decênios. Esta também foi a minha trajetória, de aluna e professora, compartilhada com muitos colegas. Alguns hoje estão aposentados e outros ainda permanecem, embora o tempo da ativa esteja caminhando para o seu término.

O curso de História da UFU foi criado em 1964. Na época compunha uma das opções de curso superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, administrada pelas irmãs da Congregação do Sagrado Coração. Fui aluna deste curso no período de 1968 a 1971. Com um currículo voltado apenas para licenciatura, o rol de disciplinas incluía as conhecidas como pedagógicas: Psicologia da Educação, Didáticas, Estrutura e Funcionamento do Ensino e Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado. As disciplinas específicas reproduziam a distribuição clássica entre História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea e Brasil. Olhando os documentos da época, entre todas uma chama a nossa atenção: Estudos de Problemas Brasileiros, com carga horária de 60 horas. Parece pouco, mas a exigência dessa disciplina lançava as bases para a criação do curso de Estudos Sociais, uma experiência nociva na consolidação dos cursos de História no país, experiência da qual também fomos vítimas.

A comemoração dos 50 anos do curso tem assim como referência esta data: 1964. Um ano em que o país inicia um período difícil da nossa história, marcado por perseguições, violências e uso da educação como instrumento de doutrinação para os valores eleitos como essenciais pelo regime militar. Difícil não afirmar que essa “coincidência” não teve relação na nossa trajetória, tanto de alunos como de professores.

Em 1968 o curso de História foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação e incorporado à Universidade de Uberlândia no ano seguinte. Em 1978 ocorre a federalização da Universidade, ato que demonstrou associação entre políticos locais e governos militares. Por outro lado, ano significativo para as manifestações operárias e estudantis que abriram caminho para uma sociedade mais democrática e participativa. Os estudantes reivindicavam a gratuidade do ensino superior, restaurantes universitários subsidiados e maior participação nas gestões das universidades. Apesar da constante “vigilância” da administração local da Faculdade, esse foi um período importante na minha formação e de muitos colegas, marcado pela seriedade com que professores e alunos enfrentavam as discussões cotidianas e pelo companheirismo que marcou a convivência entre nós.

Nesta fase a História vai sendo cerceada no seu projeto de ser um campo de reflexão e de ação na sociedade. Em 1972 foi criado o curso de Estudos Sociais, como licenciatura curta, atendendo o que exigia o Decreto 547/69. Ao aluno ficava a opção de complementar a sua licenciatura curta com a plena em História ou Geografia. A reação a esta proposta foi nacional considerando que Estudos Sociais era uma tentativa de desvalorização de áreas das Ciências Humanas, particularmente História. O novo campo criado indicava a sua finalidade de propaganda ideoló-

gica dos governos militares, travestido de educação moral e cívica.

O clamor nacional e a luta de professores e alunos da universidade levaram esta experiência ao fim em 1985, com a abertura do vestibular direto para o curso de História. Era o reconhecimento da História como área específica do conhecimento, ampliando seu campo de estudos, valorizando as atitudes investigativas, ampliando a análise e a reflexão crítica, tão necessárias ao ensino de História. Vivi esta fase como docente, lecionando não só disciplinas específicas no curso de História, mas também como professora de Estudos Brasileiros em vários cursos da UFU. Meu contrato de trabalho com a Faculdade e depois com a Universidade teve início em agosto de 1973. Depois desta mudança, com a retomada da entrada direta para a graduação em História, fui coordenadora do curso por 03 mandatos, o primeiro deles em 1988 e os demais nos anos 1990.

Começa aí uma nova trajetória do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia na busca de seu redimensionamento em face do momento vivido pelo país. Dentre as preocupações que nortearam as mudanças curriculares a partir de então estavam, entre outras, a preocupação com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a pesquisa como um processo indispensável na formação do historiador; a extensão como ação para a percepção da dimensão social do conhecimento; a interdisciplinariedade

como campo de aproximação com outras áreas; a flexibilização dos currículos e a valorização de práticas diferenciadas que contribuíssem na formação do aluno historiador. No entanto, cabe ressaltar que todas as mudanças tiveram por base as regulamentações do Ministério da Educação, o que interfere na organização dos cursos, uma vez que as exigências normativas estabelecem limites às propostas elaboradas por professores e alunos dentro de cada instituição e no nosso caso não foi diferente. Elemento fundamental nesta normatização foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1996.

Considero um salto a criação do bacharelado em 1991 e o oferecimento de vagas nos turnos diurno e noturno. Desta forma foi possível atender demandas diferenciadas e pensar a formação do professor de História na relação ensino e pesquisa, e não na separação entre pesquisador e professor. A exigência da monografia consolidou esta perspectiva e significou uma experiência com a pesquisa, para todos os alunos do curso, a partir da escolha de uma temática por cada um, possibilitando o contato com a documentação pertinente aos objetivos traçados para o trabalho e a discussão teórico-metodológica capaz de aprofundar as análises. Mas um desafio precisava ser enfrentado na prática docente, outra postura na relação entre ensino e pesquisa, em um curso que até então tinha na licenciatura seu suporte básico. Ou seja, como

não privilegiar o bacharelato entendendo-o como lugar do pesquisador em detrimento do licenciado como aquele cuja função seria o ensino? Este foi um aprendizado cotidiano que se manifestava nas discussões sobre o entendimento do que seria uma sólida formação acadêmica. Pensar o historiador como aquele que produz conhecimento seja no ambiente das escolas ou em outras funções fora dela foi nos indicando caminhos na consolidação do curso que queríamos.

Várias foram as reformulações curriculares a partir daí, atendendo diretrizes curriculares nacionais sem abrir mão dos princípios que acreditávamos fundamentais para a formação do historiador. Com a ampliação do campo de trabalho, a flexibilização curricular tornou-se uma exigência para garantir uma formação acadêmica que possibilitasse a ocupação de funções em museus, arquivos, divisões de patrimônio e outros, além da prática docente. Hoje o campo de atuação do historiador é múltiplo, não só na docência como em outros setores profissionais e esses são espaços ainda pouco ocupados. Novas reformulações curriculares foram feitas nestes anos 2000 e os resultados estão aí para serem avaliados com rigor.

A preocupação nestes anos mais recentes é com a elaboração de um projeto pedagógico para o curso que atenda as transformações do campo da História, projeto capaz de concretizar as demandas por um profissional capacitado a enfrentar as solicitações de

trabalho deste nosso tempo. O sentido da profissionalização do historiador mudou, exigindo a incorporação de novas linguagens, novas posturas, novas qualificações. Esse processo de busca de um projeto pedagógico que atenda as necessidades do tempo presente na formação do historiador continua. Aliás, uma das preocupações de todos aqueles que compõem o corpo docente do curso de graduação em História da UFU, dos que estão por mais tempo na atividade e os novos contratados, é a não acomodação ou a busca do melhor nas expectativas contemporâneas.

De todo esse tempo que vivi junto ao curso, cabe destacar que as relações com professores, alunos e colaboradores constituíram experiências únicas. Chamo de colaboradores os nossos funcionários, porque sem eles muito do que foi realizado não teria condições de efetivação. Com nossas diversidades e com os embates que cotidianamente travávamos pela busca de um curso melhor, se de imediato poderiam trazer distanciamentos, eles eram superados em função dos nossos objetivos. Essas experiências possibilitaram a continuidade da nossa luta pela História com a criação dos cursos de Mestrado e Doutorado, o primeiro em 1998 e o segundo em 2006. Com a criação destes novos cursos acrescentamos outra dimensão nas nossas preocupações diárias: a de integrar graduação e pós-graduação, sem hierarquizar, porque afinal estamos lidando com a formação de historiadores e esses graus constituem um

continuum.

Talvez o elemento mais importante nesta trajetória de mudanças foi solidificar a perspectiva de que os historiadores – profissionais da História – formados pela Universidade Federal de Uberlândia são capacitados para atender as demandas do ensino e da pesquisa, sem separar esses dois campos e sem hierarquizá-los como já apontamos, lidando com o conhecimento específico e com suportes teórico-metodológicos diversos, assumindo-se como sujeitos sociais comprometidos com as demandas e os desafios que a realidade apresenta e que exige de nós posturas críticas e intervenções conscientes.

Esse processo de busca de um curso que atenda as exigências da sociedade no tempo presente não tem um ponto final. Assim como o social é dinâmico, hoje a ampliação do campo de atuação do historiador tem exigido um novo redimensionamento das nossas habilidades e competências, o que indica a necessidade de uma avaliação crítica constante dos currículos, dos objetivos, da grade curricular e principalmente da atuação dos professores em sala de aula, em consonância com o que queremos com a graduação em História. Os alunos são nossos parceiros nesta empreitada. Eles trazem expectativas e visões de mundo que são fundamentais nesta avaliação. O diálogo com eles torna-se portanto imprescindível. Esta é uma tarefa permanente que agora fica a cargo das novas gerações – professores e alunos – porque afinal o mundo se

transforma e em uma velocidade cada vez mais rápida.

Lucien Febvre já escrevia em 1946 (no texto *Face ao Vento*, Manifesto dos Anais Novos) que “viver é mudar”: “quando o conjunto não mais responde a necessidades novas, é lançado por terra sem pena nem remorsos. Reconstrói-se. Recomeça-se”. Penso que não seria cometer injúria pensarmos esta afirmativa nas nossas trajetórias, repensando-as e questionando-as a todo tempo. Questionar significa atuar na busca de soluções para os problemas presentes. Isto inclui a nossa atuação como docentes (ou como alunos) do curso de graduação em História.

Encerro este texto me reportando mais uma vez a este autor, para chamar atenção sobre o significado de ser historiador. Se com todas as coisas com as quais lidamos o sentido da reconstrução e do recomeço está sempre presente, estes dois “res” só adquirem legitimidade se assumimos o ser historiador. Citando Febvre “só é digno desse belo nome aquele que se lança inteiro na vida, com o sentimento de que, mergulhado nela, banhando-se nela, penetrando-se de humanidade presente, decuplica suas forças de investigação, seu poder de ressurreição do passado. De um passado que detém e que, em troca, lhe restitui o sentido secreto dos destinos humanos”.

Com esta citação quero chamar atenção para o que me parece fundamental. A questão primeira, aquela

que ultrapassa todo o nosso esforço de apresentação de novas propostas para um novo curso (embora a reconstrução seja imprescindível), situa-se na origem de todo esse processo, qual seja a indagação do que é a história, qual a nossa relação com ela e o que é ser historiador. Se assumirmos a história como vida todo o nosso esforço de mudança adquire sentido.